

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
Protocolo nº: 234990/2010	FUNDAÇÃO ESTAD. 21
Divisão: PRO 12/4/10	FL. Nº
Mat. _____	Visto _____
MEIO AMBIENTE	

PARECER JURÍDICO

AUTUADO: POSTO SÃO JOSÉ LTDA.	CONVERSÃO DE ADVERTÊNCIA EM MULTA
PROCESSO Nº: 01776/2001/002/2004	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1572/2004	
TIPO DE INFRAÇÃO: grave	
PORTE: pequeno	

I - RELATÓRIO

O Posto São José Ltda. foi autuado em 30.6.2004 pela prática da infração grave prevista no art. 19, §2º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, *in verbis*:

Art. 19.(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

Em razão da autuação foi aplicada pela FEAM, em 17.10.2005, a penalidade de advertência, para corrigir sua situação ambiental no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa no valor de R\$ 3.193,36.

O autuado, regularmente notificado da advertência, apresentou Pedido de Reconsideração tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por constatar que o Posto São José Ltda. Descumpriu determinações contidas na Deliberação Normativa COPAM nº 50/2001, no art. 3º, § 2º, itens 2 e 4.

Em seu Pedido de Reconsideração alega o autuado que as instalações atuais do empreendimento estão adequadas à legislação ambiental e que está providenciando a documentação para obtenção de Autorização Ambiental de Funcionamento.

O pedido de reconsideração apresentado não trouxe dados ou fatos novos capazes de descaracterizar a infração cometida. Nos termos do memorando de fl. 18, não foram apresentados, no Pedido de Reconsideração, dados técnicos que alterem a situação jurídica encontrada à época da vistoria.

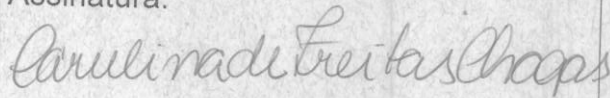
Em consulta ao SIAM, nesta data, constatou-se que o estabelecimento do autuado não possui Licença Ambiental ou Autorização Ambiental de Funcionamento válidas.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recomenda-se ao Vice-Presidente da FEAM o **indeferimento do Pedido de Reconsideração** e a **conversão da advertência em multa no valor de R\$ 2.501,00**, nos termos do art. 3º, § 3º, da DN COPAM 61/2002, e nos termos dos arts. 83 e 96 do Decreto 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 12 de março de 2010.

Autora: Carulina de Freitas Chagas Consultora Jurídica OAB/MG 117.151	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 